CAPOEIRA: DANÇA DE NEGRO, CONTRAVENÇÃO PENAL, PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA HUMANIDADE.

CAPOEIRA: BLACK DANCE, CRIMINAL CONTRAVENTION, INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE OF HUMANITY.

Uelber Barbosa Silva!, Lázaro Vieira dos Santos", Maria Rita S.P. Amoroso#

uelbsilva@hotmail.com; cetasecretaria@gmail.com; mariadpa@gmail.com

! Licenciado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2009) e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (2011), atuando principalmente nos seguintes temas: História da África, História e Cultura Afro-Brasileira, História da Capoeira, Teoria das Raças, Racismo, Alienação e Políticas Afirmativas.
" Mestre e fundador do Centro Educacional de Treinamento Arte e Movimento Capoeira Escola - CETA, de Vitória da Conquista, na Bahia.
Arquiteta e Urbanista PhD - Arquitetura, Tecnologia e Cidade - FEC-UNICAMP e Diretora de Patrimônio IAB - (Núcleo Campinas-SP).

Resumo

A capoeira, praticada em mais de 150 países de todos os continentes, é o maior e mais eficaz instrumento de divulgação da língua portuguesa no mundo, e está disseminada em todo o território nacional. Essa sua amplitude e importância são elementos que contribuíram para sua conversão em objeto de pesquisa acadêmica. Ela foi criminalizada e perseguida, mas resistiu e se reinventou através da força do berimbau - que na Bahia serviu de camuflagem. A capoeira foi retirada do código penal brasileiro e se tornou uma importante atração cultural, que movimentou a realidade baiana no século XX. Entretanto, precisou dar a volta ao mundo, encantando crianças, adultos e idosos com sua ginga, floreios e precisão técnica, para ser reconhecida pelo IPHAN, em 2008, e pela UNESCO, em 2014. O presente artigo pretende apresentar de forma resumida a história da capoeira, apresentando-a como síntese de tradições socioculturais africanas, reinventadas no Brasil, imbricada à vida política do país como símbolo da cultura urbana do século XIX, bem como compreender sua evolução no período compreendido entre as primeiras legislações proibicionistas e o seu reconhecimento enquanto patrimônio cultural imaterial da humanidade.

Abstract

Capoeira, practiced in more than 150 countries from all continents, is the largest and most effective instrument of dissemination of the Portuguese language in the world, and it is widespread throughout Brazil. This amplitude and importance are elements that contributed to its conversion into an object of academic research. It was criminalized and persecuted, but it resisted and reinvented itself through the force of the berimbau - which in Bahia served as a camouflage. Capoeira was withdrawn from the Brazilian penal code and became an important cultural attraction that moved the Bahian reality in the 20th century. However, it had to go around the world, enchanting children, adults

and the elderly with his ginga, flourishes and technical precision, to be recognized by IPHAN in 2008 and by UNESCO in 2014. The present article intends to present in brief the history Capoeira, presenting it as a synthesis of African socio-cultural traditions, reinvented in Brazil, imbricated to the political life of the country as a symbol of urban culture of the nineteenth century, as well as to understand its evolution in the period between the first prohibitionist legislation and its recognition as intangible cultural heritage of humanity.

Palavras-chave: escravidão urbana, capoeira, patrimônio cultural imaterial.

Keywords: urban slavery, capoeira, intangible cultural heritage.

INTRODUÇÃO

A capoeira deu a volta ao mundo e se consolidou como um dos maiores e mais eficazes instrumentos de divulgação da língua portuguesa. Praticada em mais de 150 países, de todos os continentes, ela está disseminada em todo o território nacional. Os estudos sobre a capoeira – em diversas áreas do conhecimento – abordam-na como um campo de pesquisa próprio e importante para o alargamento do conhecimento histórico sobre as relações sociais no Brasil escravista e suas teias culturais.

Figura 01: Arquivo Ceta Capoeira.

Ligada à vida escrava, é difícil determinar com exatidão como a capoeira surgiu: se originária das principais zonas portuárias brasileiras ou das senzalas e comunidades quilombolas. Entretanto, é possível afirmar que ela é a síntese de tradições socioculturais africanas, reinventadas no Brasil, e esteve imbricada à vida política do país, em episódios marcantes da história nacional.

Neste sentido, o objetivo desse artigo é apresentar de forma sintética a história da capoeira. Para tanto, dividimos essa história em partes que julgamos marcante na trajetória da capoeira: seu surgimento, quando era descrita como “dança de negros”; sua criminalização, quando esteve envolvida em episódios importantes da história nacional; e sua patrimonialização, quando foi sistematizada e transformada em esporte nacional,

ganhando o mundo e sendo transformada em patrimônio cultural imaterial da humanidade.

CAPOEIRA: DANÇA DE NEGROS

Segundo Silva e Reis (1989), a capoeira se desenvolveu como uma rede de sociabilidade e solidariedade, estritamente ligada aos vínculos ampliados da família extensa africana (ALBUQUERQUE e FILHO, 2006, p. 15) recriada na diáspora. Além de emprestarem sua força e tecnologia para construir a nação, os africanos recriaram suas tradições culturais, políticas e econômicas, como estratégia para sobreviverem.

A capoeira é uma dessas criações, multifacetada e multidimensional, constituindo-se ao mesmo tempo, segundo Areias (1983, p. 8), como "música, poesia, festa, brincadeira, diversão e, acima de tudo, uma forma de luta, manifestação e expressão do povo, do oprimido e do homem em geral, em busca da sobrevivência, liberdade e dignidade". Para Tavares (2000), a capoeira sintetiza a ressignificação do corpo no contexto escravocrata, a libertação e reinvenção como corpo hábil, dinâmico e produtivo, para rememorar a função identitária que possuía em África.

Na historiografia, Freyre (1951, pp. 178-79) provavelmente tenha sido o pioneiro a citar a capoeira, presente na vida urbana dos sobrados, em que o capoeira surge como "negro navalhado", muito próximo dos "capangas e cabras dos engenhos", que exibia "passos difíceis e de agilidades quase incríveis de corpo, nas quais o malandro de rua se iniciava quase maçonicamente".

Figura 02: Rugendas, 1835.

Karasch (1987, p. 245), fez, nos anos de 1960, uma revisão da escravidão urbana do Rio de Janeiro e abordou a capoeira como luta criada em espaço urbano, instrumento de defesa da integridade física, de escravos e homens livres de baixa renda, ou de seus produtos. Algranti (1988, p. 169) também se debruçou sobre a capoeira e acabou por perceber uma ambiguidade política na relação com os senhores das elites, que os apoiavam e os perseguiam ao mesmo tempo.

Soares (1988, pp. 389-393), identificou a capoeira como atitude permanente de rebelião, uma luta de guerrilha, motivo das principais detenções de escravos no início do século XIX. Holloway (1997, p. 207), ao fazer um estudo das instituições policiais do século XIX, aborda a capoeira como o esforço mais persistente de criação de um espaço social em que a população negra tivesse autonomia. Essa capacidade de unidade que a capoeira carrega intrinsecamente, inclusive entre africanos de etnias diferentes, como observa Soares (1998, pp. 112-13), "teve papel fundamental frente aos ataques mais violentos por parte do aparato policial-militar do dominador branco".

Os trabalhos de Luis Renato Vieira, Maria Angela Borges Salvadori e Leticia Vidor de Souza Reis, Carlos Eugênio Libano Soares, Antônio Liberac Cardoso Simões Pires e Luiz Augusto Pinheiro Leal são resultado do interesse acadêmico pela capoeira nos anos de 1990, abarcando desde a capoeira escrava até a capoeira sistematizada dos Mestres Bimba e Pastinha. Entretanto, é no século XXI, a capoeira da Bahia começa a receber investidas mais contundentes entre os historiadores.

CAPOEIRA: CONTRAVENÇÃO PENAL

Ao serem capturados em África e transportados para o Brasil, na condição de escravos, os povos africanos tiveram que criar estratégias cotidianas, sempre mais sofisticadas, para manterem vivos os seus hábitos, costumes, tradições e crenças. A negociação e o conflito era a dialética da práxis enfrentada pelos escravos. Neste contexto, a capoeira começa a ser criada como portadora de práticas libertárias de sobrevivência entre africanos, crioulos e mestiços que, escravos ou livres, organizavam comunidades de fugitivos, os quilombos, e/ou se misturaram às populações das cidades, onde estavam situados os principais portos brasileiros.

Figura 03: Arquivo Ceta Capoeira.

A capoeira assustava as elites nacionais desde o contexto inicial das fugas e construção de quilombos. Entretanto, essa mesma elite passou, no decorrer do século XIX, a requisitar capoeiristas para trabalhos de capangagem, vinganças, disputas comerciais e territoriais nas principais cidades portuárias do Brasil. Neste processo, a

capoeira passou a se organizar em gangues, maltas e redes culturais. A capoeira se destaca no século XIX. No Rio de Janeiro, ela esteve ligada diretamente à vida urbana e às Maltas. Já em Pernambuco, foi associada às gangues dos brabos, desde 1856. Na Bahia, a estreita ligação entre a capoeira e outras tradições afro-brasileiras dotou-a de uma camuflagem necessária às estratégias de resistência contra a perseguição que ela sofreu durante até o início do XX.

As maltas se constituíram enquanto organizações clandestinas que se colocou acima da lei e da ordem pública, aterrorizando a elite. Para Soares (1998, pp. 2-3), a elite "denunciava a ousadia das maltas de capoeira e a escalada de arremetidas audaciosas que estes grupos vinham perpetrando na capital do império". Isso porque a capoeira era, segundo afirma, "uma atividade visível no dia a dia, no cotidiano, frente aos olhares de todos, e motivo de medo e preocupação". Com a abolição da escravatura, em 1888, o império entrou em crise e intimou as maltas em sua defesa. Essa relação da capoeira com o império, fez com que os republicanos vitoriosos proibissem a sua prática, registrando-a como contravenção penal.

Figura 04: Arquivo Ceta Capoeira.

Esteves (2003), afirma que, em 1814, surgiram os primeiros decretos de proibição da capoeira, sintetizadas no artigo 402 da Constituição Federal de 1890. Contudo, a capoeira se reinventa contra investidas de figuras como o "terrível 'Major Vidigal no Rio, (...) O chefe do Esquadrão da Cavalaria, Pedro Azevedo Gordilho na Bahia, (...) e o desembargador Santos Moreira em Recife'" (Idem, p. 56). Nesse sentido, a capoeira se manifesta como instrumento de manutenção da cultura afro-brasileira, no contexto racista do pós-abolição. Para Costa (1993, p. 140), ela é o "caminho lúcido para a sobrevivência de nossa cultura, oferecendo um braço forte para resistir à nossa alienação de nós mesmos".

Segundo Abreu (2005, p. 105) e (DIAS, 2005, p. 301), a ligação da capoeiragem baiana com brigas, prostituição, pequenos furtos, disputa por trabalho e serviços de capangagem ocorreram em menor proporção que no Rio de Janeiro e em Pernambuco, o que leva ABIB (2004, pp. 143-170), ABIB (2005, p. 106) e Annunciato (2006, p. 09) a

afirmarem que ela ganha aspectos mais lúdicos em sua prática. Entretanto, a mandinga, a violência, a negociação e o conflito ligados à sua prática levaram as elites, segundo Dias (2006, p. 16), a buscarem variadas formas para "erradicar das ruas costumes do povo que lembravam a África".

CAPOEIRA: PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA HUMANIDADE

Em meio a essa conjuntura política e cultural, em 1928, Manoel dos Reis Machado (Mestre Bimba) sistematizou a capoeira, misturando-a com o Batuque, para ser utilizada também como instrumento para defesa pessoal, chamando-a de Luta Regional Baiana – a Capoeira Regional. Já em 1941, Vicente Joaquim Ferreira Pastinha (Mestre Pastinha), herdeiro da Gengibirra, também metodizou a capoeira tradicional, mantendo sua estética e o nome já popularizado de Capoeira Angola.

Foi neste cenário que o Mestre Bimba começou a se destacar na capoeiragem baiana, enfrentando lutadores e viajando o Brasil com diversas apresentações e competições, até que convenceu o presidente Getúlio Vargas, no Estado Novo, a convertê-la em "esporte nacional" (ESTEVES, 2003, p. 58).

Neste novo contexto, segundo Rêgo (1968, p. 47), a capoeira foi se afastando das ruas para se tornar atividade cultural, espetáculo de luta, fonte de pesquisa, modalidade de autodefesa, atividade de ginástica e prática de lazer. Nessa "nova" capoeira o mestre é o docente de capoeira (ABREU, 2003, pp. 38-39, nota 18).

As primeiras academias de capoeira surgem entre as décadas de 1930 e 1940. Esse movimento serviu para uma espécie de profissionalização da capoeira. Tal movimento se deu através da prática da capoeira em espaços privados, com turmas de pagantes, horários e sistema pedagógico de ensino.

No contexto do Rio de Janeiro, destacou-se nesta transição da forma de praticar a capoeira, o grupo Senzala, dotando o ensino da capoeira de inovações metodológicas inspiradas na escola tecnicista, como descrita em Capoeira (2002, p. 59). As inovações do Senzala criou e desenvolveu, como observou Annunciato (2006), a estruturação organizacional necessária para o surgimento da capoeira contemporânea – chamada, por muitos, de capoeira estilizada –, que deu origem aos "*megagrupos*" de capoeira espalhados pelo mundo.

O desenvolvimento e a difusão da capoeira, pelo mundo, proporcionaram o seu reconhecimento enquanto direito cultural. A história da capoeira, construída através da memória coletiva, que possibilita a preservação de saberes ancestrais, através da oralidade e do fazer cotidiano, ilumina as linhas gerais da construção histórico-social de povos africanos escravizados no Brasil. A capoeira tem contribuído para a divulgação da língua portuguesa nos mais de 150 países onde se encontra. As aulas são ministradas em português, bem como a nomenclatura dos movimentos, dos instrumentos musicais e as músicas cantadas durante as rodas. Esses elementos contribuem para a valorização da língua e estimulam os estrangeiros que praticam capoeira a aprendê-la. A arte da rasteira abre portas para que o conhecimento, a compressão e o uso do passado permitam intervenções no presente e planejamento para o futuro, se constituindo como patrimônio cultural da humanidade.

O registro da capoeira como patrimônio cultural imaterial do Brasil e humanidade, mais flexível que o tombamento, caracteriza-se como uma espécie de acompanhamento de práticas e representações, diante de sua dinâmica interna, ou seja, registro preserva os elementos tradicionais e aceita e compreende as transformações necessárias diante das evoluções contextuais. O registro, previsto na Constituição, foi regulamento pelo Decreto nº 3.551/2000, passando a estruturar a ação de proteção do Patrimônio Imaterial Brasileiro. Tratou-se, portanto, de uma ampliação da categoria Patrimônio, dentro da lógica de expansão da concepção de direitos. Neste sentido, foram criados quatro livros especiais, referenciados pelo decreto citado e pela Resolução nº 01/2006, para abrigar os bens imateriais: o Livro de Registro de Saberes, o Livro de Registro de Celebrações, o Livro de Registro das Formas de Expressão e o Livro de Registro dos Lugares. Assim, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em 2008, registrou o Ofício dos Mestres de Capoeira, no Livro do Registro dos Saberes, e a Roda de Capoeira, no Livro do Registro das Formas de Expressão.

Figura 05: Arquivo Ceta Capoeira.

As ações do Ministério da Cultura, através do IPHAN, para a capoeira fizeram pressão para que a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura - UNESCO, registrasse, em 2014, a Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. A aprovação do registro se deu em Paris, na França, durante a realização da 9ª Sessão do Comitê intergovernamental para a Salvaguarda, através do Parecer nº 031/08 do Processo nº 01450.002863/2006-80.

A patrimonialização da capoeira é a confirmação de sua importância para a humanidade, no sentido de preservar um elemento complexo e de difícil conceituação diante de suas variadas nuances. O registro da arte da rasteira significa a reunião de esforços para que se preserve um instrumento importante na história da população negra brasileira, que revela a luta por liberdade, reconhecimento e oportunidade para todo um povo. Enfim, não se trata de combater as transformações ocorridas no universo da capoeira, mas a garantia da preservação dessa arte-dança-luta-cultura-jogo-esporte educativa e cidadã em sua integralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sobrevivência da capoeira enquanto fenômeno cultural identitário, como modo de vida malandro, teve no Berimbau um aliado de peso. O berimbau, além de alertar os jogadores quando se aproximavam policiais a cavalo, através do toque da cavalaria, possibilitou a inclusão das mulheres, quando o toque era convertido em samba de roda, que não era proibido. Na clandestinidade, ela pouco a pouco foi sendo assimilada como cultura popular afro-brasileira, odiada pelas elites nacionais, mas admirada por brasileiros e turistas.

A capoeira foi sistematizada pelo Mestre Bimba, praticada em sua forma primitiva nas ruas ou na gengibirra e também, posteriormente, sistematizada pelo Mestre Pastinha. O Mestre Bimba teve importante papel na divulgação e liberação da prática da capoeira, foi ele quem negociou com o presidente Getúlio Vargas o reconhecimento da capoeira como desporto nacional, retirando-a do código penal e apresentando a capoeira para o mundo.

Com a morte dos Mestres Bimba e Pastinha, ambos na miséria, a capoeira entrou num processo de crise que teve como consequência a vulgarização do ofício de mestre, o surgimento de uma capoeira acrobática, derivada da capoeira regional, destinada aos

olhares turísticos e o processo de reclusão dos praticantes da capoeira angola, buscando se aproximar cada vez mais da capoeira primitiva.

A partir da década de 1960, a influência da capoeira carioca passou a construir um padrão de capoeira preocupada com a higienização; com a preservação ambiental; com a integridade física dos praticantes; com a educação e o domínio dos fundamentos, através do retorno a uma ancestralidade africana outrora esquecida. Entretanto, a capoeira contemporânea se voltou de tal ordem para o mercado, sobretudo nas últimas duas décadas que passou a fabricar capoeiristas idênticos na forma de pensar e expressar corporalmente a capoeira.

Assim, a capoeira, envolta nessa mágica ancestralidade africana e em contradições que lhes são imanentes, continua se reinventando e se adaptando à dinâmica social, preservando a sua característica dinâmica enquanto arte marcial, esporte-luta-dança brasileira integrada à cultura popular afro-brasileira, patrimônio cultural imaterial brasileiro e da humanidade. Um instrumento de luta contra o racismo e a dominação de classe imposta pela alta burguesia branca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SILVA, Eduardo e REIS, João José. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de e FILHO, Walter Fraga. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- AREIAS, Almir das. O que é a capoeira. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- TAVARES, Julio. Educação, através do corpo: a representação do corpo nas populações afro-ameríndias. In: Negro de corpo e alma. Mostra do Redescobrimento. São Paulo: Fundação Bienal, 2000.
- FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro. Ed. José Olimpio. 1951, 1º volume.
- KARASCH, Mary C. A Vida Escrava no Rio de Janeiro 1808-1850. Princeton, Princeton University Press, 1987.
- ALGRANTI, Leila Mezan. O feitor ausente: estudos de escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis, Vozes, 1988.
- SOARES, Luis Carlos. Urban Slavery in Nineteenth Century: Rio de Janeiro. 1988. Tese de Doutorado. University College London (University of London).
- HOLLOWAY, Thomas. Política no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro. Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1997, trad. Francisco de Castro Azevedo.

• SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo: Access, 1998.

• ESTEVES, Acúrsio Pereira. A “Capoeira” da Indústria do Entretenimento: Corpo, Acrobacia e Espetáculo Para “Turista Ver”. Salvador, A. P. Esteves, 2003.

• COSTA, Reginaldo da Silveira. Capoeira: o caminho do berimbau. Brasília: Thesaurus, 1993.

• ABREU, F. J. de. Capoeiras – Bahia, Século XIX: imaginário e documentação. Salvador-BA, Instituto Jair Moura, 2005.

• DIAS, Adriana Albert. Os “fiéis” da navalha: Pedro Mineiro, capoeiras, marinheiros e policiais em Salvador na República Velha. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 32, 2005. pp. 271-303.

• ABIB, P. R. J. .Capoeira Angola: Cultura Popular e o Jogo dos Saberes na Roda. [tese]. Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2004.

• _____. Capoeira Angola: cultura popular e o jogo dos saberes na roda. Campinas, SP. UNICAMP/CMU; Salvador: EDUFBA, 2005.

• ANNUNCIATO, D. P. Liberdade disciplinada: relações de confronto, poder e saber entre capoeiristas em Santa Catarina. [dissertação]. Centro de Ciências da Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2006.

• DIAS, Adriana Albert. Mandinga, manha e malícia: uma história sobre os capoeiras na capital da Bahia (1910-1925). Salvador: EDUFBA, 2006.

• REGO, W. Capoeira Angola: um ensaio sócio-etnográfico. Salvador: Itapuã, 1968.

• ABREU, F. J. de. O Barracão do mestre Waldemar. Salvador-BA, Zarabatana, 2003.

• CAPOEIRA, N. (Nestor Sezefredo dos Passos Neto). Capoeira: pequeno Manual do jogador. 7ª ed. Record, Rio de Janeiro, RJ. 2002.